ZÉ MARRETA

ESPECIAL PARA APOSENTADOS

1302 - JOÃO MONLEVADE, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 2014

O Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (Sindmon-Metal) convida para a cerimônia de **posse da nova diretoria** da entidade, eleita para o triênio 2014-2017, e **celebração do Dia do Trabalhador**.

Local: Sede do Sindicato, rua Duque de Caxias, 165, bairro José Elói, (ao lado da Policlínica).

Data: 1º de Maio

Horário: 19 horas

Sindmon-Metal

POSSE DA NOVA DIRETORIA

CELEBRAÇÃO DO 1º DE MAIO

PROGRAMAÇÃO DO DIA DO TRABALHADOR

6h30 - Carreata com trajeto da sede do Sindicato à Igreja Santa Rita, onde será celebrada a Missa do Trabalhador;

13 às 17h - Festa infantil, com brincadeiras, guloseimas, pintura facial, oficina de "trecos" e intervenções teatrais da Cia. O Salto;

19h - Cerimônia de posse da diretoria, com momentos relativos aos 50 anos do golpe militar de 1964, com participação de João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-presidente do Sindmon-Metal, e do deputado federal Nilmário Miranda, integrante da Comissão Nacional da Verdade. Show musical do grupo Bendegó com clássicos da MPB que tematizam a ditadura, em interação com o grupo de teatro Cia. do Infinito.

A DIRETORIA

COMISSÃO EXECUTIVA: Otacílio das Neves Coelho - Presidente | Marcelo de Oliveira Carvalho - Vice-Presidente | Marco Antônio da Silva - Secretário-geral | José Quirino dos Santos - Sec. de Administração e Finanças | Joselito Marques Abrantes - Sec. Social e Saúde | Wilson Carlos Dias - Sec. Divulgação/Imprensa | Juscelino de Moura Gomes - Sec. Formação
SUPLENTES DE DIRETORIA EXECUTIVA: José Geraldo Taciano | Eudson Pereira da Silva | Eduardo de Oliveira Alfeu | Geraldo Magela Zóia | José Geraldo Tavares | Antônio Lasma Bicalho | Gerson Ailton Correa | Nilson Gomes de Lima | Ronaldo Balbino Dias | Luiz Carlos da Silva
José Geraldo Gandra | José Expedito dos Santos Ferreira | Sinézio Vilela Santiago | Geraldo Jorge da Silva
CONSELHO FISCAL - EFETIVOS: Maurício Farias da Silva | Ari Alves de Freitas | João Bosco Quintão
CONSELHO FISCAL - SUPLENTES: Emerson Stanley de Araújo | José Milton Soares | Carlos Magno de Freitas
CONS. DE APOSENT.: Geraldo Cláudio Fernandes | Geraldo Lúcio Ribeiro | Lauro Gomes da Costa | José Carlos Pimentel | Júlio da Silva | José Geraldo da Silva | José Ancelmo Soares | Paulo Antônio dos Santos

Agradecemos aos companheiros pela maciça participação no processo eleitoral e contamos com sua presença em nosso evento. Bem-vindos!

DEPOIMENTO DE GERAL DO OSCAR (1921-2012), concedido ao nosso Centro de Referência e Memória do Trabalhador (Cerem) em novembro de 2006, na casa onde morava, em Ouro Branco (MG). Ele presidia o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade quando ocorreu o golpe, e, junto a outros 68 companheiros, foi demitido da Usina, obrigado a retirar toda a família de sua casa e preso.

1964. A história do golpe de 31 de março, que inaugurou um período de perseguições, violência, censura e injustiças sociais, que se estendeu por 21 anos, passa pelo Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, um dos alvos da repressão.
Ainda no mês de abril daquele ano, forças militares invadiram a sede do sindicato à caça de diretores, que foram procurados também em suas casas e local de trabalho. Foram presos 69 companheiros, que tiveram seus nomes incluídos em Inquérito

Policial Militar, que, logo em suas primeiras páginas, faz comentários como estes sobre os sindicalistas relacionados no processo:
- "agitador - grevista - chefe de piquete - assina tudo contrário à empresa";
- "no seu Bar (...), o rádio só era ligado na Rádio Mayrink Veiga (...), ouvindo até altas horas a pregação subversiva do ex-Deputado Leonardo Brizola";
- "elemento perigoso".

Entre os presos, estava Geraldo Oscar de Menezes, que teve seu segundo mandato interrompido 1 ano antes de concluí-lo. Ele, falecido em 2012 aos 91 anos, concedeu entrevista ao Centro de Referência e Memória do Trabalhador (Cerem) do Sindmon-Metal em 2006 (veja trecho do depoimento na página à esquerda).

Como se vê pela expressão "assina tudo contrário à empresa", citada acima, e pelo relato de Oscar, a então Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, como outras forças do capital privado, tiveram participação ativa na consolidação do golpe, que, por motivos como esse, é melhor designado como "civil-militar" e não apenas "militar". É preciso lembrar para não repetir essa página brutal da história do país.

"Quando eu fui preso, tive os meus direitos políticos cassados. Porque, além de ser presidente do sindicato, fui vereador da comarca de Rio Piracicaba por duas legislaturas consecutivas. Eu era do Partido Trabalhista Brasileiro. (...)

(...) Eles [os militares] nos afastaram e já (...) viemos direto para o Dops (Departamento de Ordem Política e Social) de Belo Horizonte. Ali nós ficamos presos por 30 dias. (...)

(…) [Depois de solto], me escorraçaram lá de João Monlevade, dizendo que eu tinha que entregar a casa, que a casa era da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Eu tive que sair de uma hora para outra, larguei tudo que eu tinha lá. Não tinha nada de valor, mas tinha [coisas como] cama, colchão, guarda-roupa, armário. (...) Tive que deixar tudo para trás (..). Então, eu tive que sair correndo de João Monlevade. E assim o fiz e entreguei a casa limpa fisicamente, só ocupada dos meus cacarecos.
(...)

No outro dia, meu filho mais velho é que tirou a mudança de lá num caminhão emprestado pela companhia (empresa) de um grande conhecido que eu tinha lá (...) … Minhas coisas vieram para Belo Horizonte. Ficaram num lugar que eu nem sabia onde era, porque, na época em que meus móveis vieram, eu não tinha ainda casa, eu estava na casa de minha irmã e lá não cabiam minhas coisas.

Posteriormente é que adquiri uma residência lá no bairro Minas-Brasil , sem água, sem luz e com as maiores dificuldades. Eu tive que entrar para dentro da casa no escuro. Na época, eu tinha 8 filhos…

as instituições *e as ruas*

"A ditadura representou a restauração do férreo domínio do grande capital nacional e internacional, com um modelo exportador e de consumo de luxo, amparado num regime de terror." Esse trecho de artigo do sociólogo Emir Sader traduz muito bem os anos de chumbo inaugurados pelo golpe de 1964, produto de alianças de forças conservadoras militares e civis.

Prisões, torturas, censura e implantação de um modelo econômico centralizador e injusto marcaram a experiência ditatorial brasileira.

Foram 21 anos de ditadura – até 1985 –, quando o país pôde começar a assistir à retomada do regime democrático, ainda que com uma série de limitações: foi restaurado o estado do Direito, mas, como diz o sociólogo, "não houve democratização econômica e social, deixando incólumes o poder dos bancos, dos latifundiários, dos meios de comunicação, das grandes corporações industriais e comerciais, nacionais e estrangeiras".

O longo período de violência e imposição de silêncio não transcorreu, no entanto, sem mobilização popular e sindical. Lembremos, por exemplo, a elaboração, de documento assinado por vários sindicatos, entre eles o de Monlevade, entregue em 17 de fevereiro de 1976 ao então presidente da República Ernesto Geisel, quando este esteve no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. O texto procurava expressar o inconformismo do povo frente à farsa do "milagre econômico" apregoado na época e reivindicava, entre outras questões, as seguintes providências: "liberdade e autonomia sindical"; "restauração da estabilidade inserida na Constituição de 1967" [portanto, antes da implantação do Ato Institucional nº 5, AI-5, que suspendeu direitos e liberdades]; "humanização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)"; "direito de greve".

Dois anos depois, no dia 12 de junho de 1978, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, João Paulo Pires de Vasconcelos, encaminhava correspondência a outras lideranças sindicais, chamando atenção para o fato de que o governo se mantinha surdo e mudo às reivindicações. Ele frisava: "Nesta oportunidade, fazemos questão de destacar que o movimento sindical está unindo todos os Sindicatos de trabalhadores, bem como a todos os segmentos da vida nacional, em busca de um objetivo único, o pleno restabelecimento do estado de Direito".

Nesse mesmo ano de 78, João Paulo comandaria uma das duas primeiras greves após a instituição do AI-5 – a outra foi no ABC paulista. Esses movimentos contribuíram para fragilizar a ditadura.

Outras instituições democráticas e setores progressistas da Igreja também tiveram um papel importante na construção do caminho para a democracia.

Juventude dá voz a novas demandas

A democracia é um processo sempre em construção, a exigir compromisso permanente para que não seja apenas uma palavra. Relembrar o golpe militar não é, portanto, se voltar apenas para o passado, mas valorizar a liberdade e a justiça social.

Em junho do ano passado, o país viu jovens irem às ruas, inicialmente em torno de reivindicações referentes ao transporte público, mas depois trazendo à tona uma série de bandeiras.

Essa mobilização da juventude estimulou instituições, algumas já com largo histórico de mobilização, a retomaram o caminho das ruas, das reivindicações a céu aberto que obrigaram muitas autoridades a enxergar que as mudanças no país ainda não estão completas e não podem se limitar a conversas de gabinete.

Em João Monlevade, o Sindmon-Metal foi uma das referências de apoio para estudantes que se mobilizaram por mais democracia e respeito no município, no estado e no país. Essa presença entre segmentos progressistas da sociedade marca nossa história no passado e sempre.

LEMBRAR PARA QUE NÃO SE REPITA

Ações por perdas de FGTS suspensas temporariamente pelo STJ

Em outubro de 2013, o Sindicato dos Metalúrgicos abriu processo na Justiça por perdas no FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) desde 1999. A mesma iniciativa tem sido tomada por outras entidades de representação de classe.

Entretanto, em fevereiro, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) suspendeu todas as ações desse tipo. Dessa forma, os tribunais inferiores terão que esperar um posicionamento do STJ sobre o tema, para orientar suas sentenças.

Já houve decisões favoráveis à correção do FGTS por um índice diferente da TR (Taxa Referencial) – usada até hoje –, de forma a aumentar seus rendimentos, mas até o momento são todas sentenças de 1ª instância e, portanto, sujeitas a recursos.

Havia previsão de que o STJ, ainda neste mês abril, julgasse a ação que servirá de referência para os demais julgamentos, mas, até o fechamento desta edição do boletim, não havia novidade sobre o caso.

ENTENDA

A TR, utilizada para correção dos saldos de FGTS ficou abaixo dos índices da inflação no período de 1999 a 2012. Por essa razão, houve perdas no Fundo, e instituições representantes dos trabalhadores reivindicam a correção do saldo desse período por um índice inflacionário, como o INPC.

Discussão sobre Fator Previdenciário esbarra em ano eleitoral; centrais levaram tema às ruas

Sindicatos, centrais sindicais e alguns parlamentares vêm se articulando, nos últimos anos, para pôr fim ao fator previdenciário. Mas não deverá haver decisões este ano.

Esse fator é um mecanismo de cálculo que reduz o valor das aposentadorias por tempo de contribuição e foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, para forçar os trabalhadores a aposentarem mais tarde

Em entrevista ao portal IG, reproduzida pelo site do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o ministro da Previdência, Garibaldi Alves, disse não acreditar em solução para esse tema este ano, por causa das eleições de outubro.

A reportagem do portal IG perguntou ao ministro se, enquanto não se chega a um consenso sobre eliminar o fator, a Previdência estuda utilizar algum mecanismo substituto. Garibaldi Alves respondeu que o governo federal não tem estudo nesse sentido. Ele destacou que, como o uso do fator previdenciário é lei, é necessário haver discussão no Congresso.

Há mais de uma alternativa sendo discutida no Parlamento, mas a que tem recebido mais apoio é o chamado fator 85/95: para obter aposentadoria integral, a soma do tempo de contribuição e da idade teria de ser igual ou maior a 85, para mulheres, e 95, para os homens.

Os trabalhadores, no entanto, não podem ficar esperando que a questão se arraste. Por isso, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outras centrais, em articulação com sindicatos filiados, foram às ruas, no ano passado e no último dia 9, em defesa da pauta da classe trabalhadora, que inclui, como um dos primeiros entre 15 itens, a questão do fim do fator previdenciário. O que está em jogo é qualidade de vida, direito, dignidade.

Recuperação de valor das aposentadorias: fundamental

Ao lado de questões como fim do fator previdenciário (tratado na matéria acima), tem sido bandeira cutista a defesa da política de valorização do salário mínimo, por beneficiar vasta parcela da população. Mas tem importância equivalente a valorização das aposentadorias acima do mínimo, já que os aposentados têm sofrido com o achatamento de seus benefícios, e as discussões a respeito desse problema se arrastam no Congresso Nacional.

No dia 9 de abril, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que dispõe sobre a política de valorização de longo prazo do salário mínimo e a estende às aposentadorias. A matéria ainda passa por duas comissões antes de ir a plenário. Longo caminho pela frente.

SINDMON-METAL - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, MATERIAL ELETRÔNICO, DESENHOS/PROJETOS E INFORMÁTICA DE JOÃO MONLEVADE, RIO PIRACICABA, BELA VISTA DE MINAS, SÃO DOMINGOS DO PRATA E SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO - MG

Rua Duque de Caxias, 165 - José Elói - 35930-198 - Fone: (31) 3851-1222 - Telefax: (31) 3851-2985 - João Monlevade (MG)

Email: sindicato@sindmonmetal.com.br

Site: http://www.sindmonmetal.com.br

http://www.facebook.com/sindmonmetal **** http://twitter.com/sindmonmetal **** MEMÓRIA: http://ceremjm.wordpress.com